

# *Superior Tribunal de Justiça*

**PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.683.839 - SP (2017/0170283-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**REQUERENTE : MARCO VINICIUS MISSAWA**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES. : WOO DONG IK**  
**ADVOGADO : ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTRO(S) - SP065371**  
**ADVOGADOS : JULIANA GONÇALVES DE SOUZA GUIMARÃES - DF021410**  
**LUIZA ALEXANDRINA VASCONCELOS OLIVER - SP235045**  
**JOSE ROBERTO DIAS DE MOURA - SP000000**

## **DECISÃO**

Trata-se de pedido de efeito extensivo formulado por Marcos Vinicius Missawa.

Alega que o requerente que a presente hipótese possui identidade fático-processual com outra demanda, em que houve o reconhecimento da atipicidade da conduta, devendo ser adotado o mesmo tratamento.

Manifestação do Ministério Público pelo indeferimento do pedido.

É o relatório.

Decido.

Quanto ao pedido de extensão, verifica-se que o pleito refere-se a ações penais distintas, não havendo, portanto, como analisar a similaridade entre as circunstâncias, o que justifica o indeferimento do pleito extensivo, nos termos do art. 580 do CPP. A propósito:

HABEAS CORPUS. PEDIDO DE EXTENSÃO. APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPP. INVIABILIDADE. IDENTIDADE DE SITUAÇÕES FÁTICO-PROCESSUAIS. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO. PARECER ACOLHIDO.

1. Nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, devem ser estendidos aos demais corréus os efeitos de decisão que beneficia um dos acusados, desde que demonstrada a similitude fática e processual.

**2. No caso, as ações penais são distintas. Mesmo que o processo a que o requerente responda tenha sido desmembrado de feito a que o então paciente também estava vinculado, tal circunstância indica, na verdade, que ambos estão em situações fático-processuais diferentes, e, nestes autos, não há elementos suficientes para concluir o contrário.**

3. A questão do excesso de prazo referente ao processo do requerente não foi submetida ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

4. Pedido de extensão indeferido.

(PExt no HC 363.365/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 16/08/2017.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

